

Senhores Acionistas, Finalizando o ano de 2013, a Concessionária apresenta as atividades realizadas nesse período. Foi registrado aumento de 5,10%, em relação ao ano de 2012, no fluxo de veículos nos pedágios de sua malha viária. Os investimentos alcançaram aproximadamente R\$ 47,1 milhões, permitindo atender o cronograma aprovado junto à ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo), bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Informamos na sequência os serviços que foram executados. Entre as ações de engenharia, destacamos a conclusão da duplicação da SP-342, entre o km 229 e km 235, do trecho urbano de São João da Boa Vista até a divisa com o município de Águas da Prata, incluindo marginais, acessos, dispositivos de entroncamento e uma passarela. O investimento nessas obras em 2013 totaliza R\$ 10 milhões. Foi implantada também a praça de pedágio de fluxo livre na SP-340 - km 147 (Santo Antônio da Posse), com investimento de R\$ 6 milhões. Ao longo da malha viária, a Concessionária realizou a recuperação de pavimento em uma extensão de 121 quilômetros. Foram implantados 17,1 quilômetros de defensas metálicas e 3,9 quilômetros de barreiras rígidas tipo New Jersey. Foram recuperados 128.007 metros quadrados de faixas horizontais, implantadas 61.372 novas taxas refletivas e instaladas 994 unidades de placas totalizando 1.249 metros quadrados de novas placas. O investimento nestes serviços de conservação especial totalizam R\$ 19,6 milhões. Foi promovida a renovação da frota de veículos, com a substituição de três ambulâncias, quatro guinchos leves, um guincho pesado e nove inspeções de tráfego. Foi desenvolvida a campanha educacional de segurança no trânsito denominada "Trânsito não é brincadeira". As ações foram voltadas para redução dos três tipos de acidentes mais frequentes na malha viária, que são atropelamentos, colisões

traseiras e ocorrências causadas pelo excesso de velocidade. Para despertar a atenção dos motoristas sobre os temas, foram implantadas 29 novas faixas-banner ao longo de todas as rodovias administradas pela concessionária. São pontos com maior fluxo de veículos e segmentos que merecem mais cuidados, como trechos urbanos, próximos a locais com travessias de pedestres e pontos de ônibus. Além do material exposto nas rodovias, outra atividade que integrou a campanha foi a distribuição de 50 mil folhetos com orientações aos usuários no período de que antecede o Carnaval, Natal e Final de Ano. Também foi realizada pela concessionária a Campanha Realidade dos Acidentes. Para chamar atenção dos motoristas, foi produzido um cenário de velório e implantadas faixas com a seguinte mensagem: "Imprudência mata". A iniciativa foi realizada no Pedágio Jaguariúna (SP-340, km 123) durante o feriado de Páscoa. A intenção foi causar impacto e fazer com que o motorista realmente reflita sobre as graves consequências da irresponsabilidade no trânsito. A iniciativa teve ampla cobertura da imprensa regional, foi veiculada pela TV em noticiários de abrangência estadual e nacional. A equipe de Atendimento Pré-Hospitalar também promoveu aulas e simulados práticos referentes a primeiros socorros para alunos do segundo ano do curso de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O Sistema de Ajuda ao Usuário terminou em 2013 com as seguintes marcas de atendimento: inspeções de tráfego - 20.275; socorros mecânicos - 24.747; serviços de guincho - 14.848; primeiros socorros - 2.313 e serviços de irrigadeira - 1.053. Por meio da Campanha Bate Coração, que integra o Programa Saúde do Caminhoneiro, em 2013 foi realizado atendimento a 1.246 motoristas, em três etapas, totalizando mais de 17 mil consultas desde o início da campanha em 2002. A ação visa oferecer gratuitamente aos usuários consulta médica e orientações sobre doenças arteriais coronárias,

com realização de exame de eletrocardiograma, teste de glicemia e aferição de pressão arterial. Entre doações a entidades assistenciais e patrocinadas de eventos culturais, a Renovias destinou em 2013 cerca de R\$ 1,4 milhão. Os repasses foram feitos por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), além dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso. Pela Lei de Incentivo à Cultura, a concessionária deu continuidade ao patrocínio da Orquestra Jazz Sinfônica de São João da Boa Vista, regida pelo maestro Agenor Ribeiro Netto. Foi investido neste projeto R\$ 720 mil. Também pela Lei Rouanet, a concessionária patrocinou duas peças de teatro produzidas pela Companhia de Teatro Parafernália, de Mogi Guaçu. Uma das peças tem como foco a educação no trânsito e a outra apresentação é voltada para sustentabilidade. No total, foram 32 apresentações das peças, atingindo escolas da rede pública de ensino, com faixa etária entre 6 e 12 anos, de todos os municípios abrangidos pela malha viária da concessionária. O investimento nesses projetos foi de R\$ 200 mil. Também foram destinados R\$ 58 mil para a produção do livro *Ká à Eté*, que tem como abordagem as espécies da Mata Atlântica. Aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente das cidades de Jaguariúna, Águas da Prata, Aguiar, Itobi, Estiva Gerbi, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Mococa e São José do Rio Pardo foram destinados R\$ 244 mil. Aos Fundos Municipais do Idoso, foram doados R\$ 244 mil, distribuídos entre Casa Branca, Mococa e Itobi. Diversas iniciativas foram realizadas por meio do Projeto de Sustentabilidade da concessionária, entre elas, a entrega de 63 cadeiras de rodas para entidades assistenciais. Os equipamentos são viabilizados com a arrecadação de lares de alumínio. Ao todo já foram doadas através dessa campanha 100 cadeiras para entidades assistenciais da região. **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2013	2012
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.280	15.227	Financiamentos	11	43.434	20.344
Contas a receber de clientes		726	972	Debêntures	12	262	45.210
Contas a receber de partes relacionadas	7	17.648	15.726	Fornecedores nacionais		4.356	11.559
Pagamento antecipado relacionado à concessão	8	233	233	Contas a pagar de partes relacionadas	7	107	189
Despesas antecipadas		792	713	Impostos e contribuições a recolher		3.088	3.394
Outros créditos		551	1.203	Impostos e contribuições parcelados	13	1.570	1.535
Total do ativo circulante		38.230	34.074	Imposto de renda e contribuição social	6.a	15.627	13.423
NÃO CIRCULANTE				Obrigações sociais e trabalhistas		4.166	3.876
Realizável a longo prazo:				Provisão de manutenção	15	5.550	10.917
Pagamento antecipado relacionado à concessão	8	1.728	1.962	Provisão de outorga variável	16.a	-	917
Despesa antecipada de outorga fixa	8	43.037	35.323	Dividendos a pagar	18.c	-	20.457
Depósitos judiciais		2.007	1.499	Outras contas a pagar		35	65
Imobilizado	9	22.008	17.394	Total do passivo circulante		78.195	131.886
Intangível	10	410.248	427.690	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		479.028	483.868	Financiamentos	11	61.946	91.888
				Debêntures	12	94.716	49.105
				Impostos e contribuições parcelados	13	5.752	6.686
				Passivo fiscal diferido	6.b	37.901	38.599
				Provisão p/riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	8.962	6.989
				Provisão de manutenção	15	28.441	18.931
				Total do passivo não circulante		237.718	212.198
TOTAL DO ATIVO		517.258	517.942	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.a	75.000	75.000
				Reserva de lucros	18.b e 18.c	126.345	98.858
				Total do patrimônio líquido		201.345	173.858
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		517.258	517.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2012		75.000	15.000	60.000	11.754	-	161.754	
Dividendos distribuídos		-	-	-	(11.754)	-	(11.754)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	111.811	111.811	
Destinação:								
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	-	(20.457)	(20.457)	
Dividendos intermediários pagos		-	-	(57.750)	-	(496)	(58.246)	
Juros sobre o capital próprio		-	-	(2.250)	-	(7.000)	(9.250)	
Dividendo adicional proposto		-	-	-	23.858	(23.858)	-	
Reserva de retenção de lucros		-	-	60.000	-	(60.000)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		75.000	15.000	60.000	23.858	-	173.858	
Dividendos distribuídos	18.c	-	-	-	(23.858)	-	(23.858)	
Lucro líquido do exercício	18.c	-	-	-	-	118.221	118.221	
Destinação:								
Dividendos intermediários pagos	18.c	-	-	(58.125)	-	(2.181)	(60.306)	
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	(1.875)	-	(4.695)	(6.570)	
Dividendo adicional proposto	18.c	-	-	-	51.345	(51.345)	-	
Reserva de retenção de lucros	18.c	-	-	60.000	-	(60.000)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		75.000	15.000	60.000	51.345	-	201.345	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Rodovia SP-340 - Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14 de abril de 1998, com o prazo 240 meses a contar dessa data. Em 21 de dezembro de 2006, através de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi prorrogado em 150 meses, totalizando 290 meses. O prazo do contrato de concessão encerra em junho de 2022. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão das rodovias retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito a ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e a sua implantação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **Outras informações relevantes:** a) Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. b) Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da

ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas. No caso da Companhia, não está sendo utilizada a retenção dos 1,5% do ônus variável, cujo montante já é utilizado para compensação de perdas decorrentes da implementação do novo sistema de tarifação (ponto a ponto) em praça de pedágio de fluxo livre. **2. Base de Preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e com os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 14 de fevereiro de 2014, foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas semestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que tais estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 3 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão; • Nota 17 - Classificação de arrendamento mercantil. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 6b - Impostos diferidos; • Nota 9 - Depreciação do ativo imobilizado; • Nota 10 - Amortização do ativo intangível; • Nota 14 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; • Nota 15 - Provisão para manutenção; • Nota 19 - Mensuração de instrumentos financeiros. **3. Principais Práticos Contábeis:** a) Receitas de serviços: • As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias; • As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços; • As receitas de construção são reconhecidas com base no percentual de conclusão, como preconizado no Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, conforme requerido pela

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	334.328	352.727
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo com pessoal		(22.456)	(21.827)
Serviços de terceiros		(17.732)	(18.817)
Materiais, equipamentos e outros		(9.746)	(10.140)
Provisão para manutenção	15	(19.722)	(7.428)
Outorga da concessão		(973)	(5.534)
Custo de construção		(16.165)	(58.027)
Depreciação e amortização	9 e 10	(38.817)	(31.805)
		(125.611)	(153.578)
LUCRO BRUTO		208.717	199.149
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Custo com pessoal		(11.227)	(10.014)
Serviços de terceiros		(4.105)	(4.274)
Materiais, equipamentos e outros		(7.137)	(5.726)
Depreciação e amortização	9 e 10	(1.214)	(607)
Outras receitas operacionais		398	90
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		185.432	178.618
Despesas financeiras	21	(18.588)	(17.508)
Receitas financeiras	21	6.113	2.341
LUCRO ANTES DO IR E DA CS		172.957	163.451
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.a	(55.434)	(44.776)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.a	698	(6.864)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		118.221	111.811
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO (EM R\$)		1,58	1,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	118.221	111.811
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	118.221	111.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		118.221	111.811
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.a	(698)	6.864
Depreciação e amortização	9 e 10	40.031	32.412
Baixa do ativo imobilizado e intangível	9 e 10	126	171
Provisão da outorga variável		11.424	10.546
Amortização do pagamento antecipado relacionado à concessão		234	233
Ajuste a valor presente sobre provisão de manutenção	15	163	(1.783)
Juros sobre debêntures e financiamentos	21	16.831	18.800
Capitalização dos juros	21	(940)	(2.129)
Constituição provisão de manutenção	15	19.722	7.428
Constituição prov. de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	3.190	2.055
Juros e multa sobre impostos parcelados	21	615	709
		208.919	187.117
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber		246	(50)
Contas a receber - partes relacionadas		(1.922)	(813)
Despesa antecipada de outorga fixa		(7.714)	(7.134)
Depósitos judiciais		(508)	(68)
Despesas antecipadas		(79)	(4)
Outros créditos		652	(756)
(Redução) aumento dos passivos:			
Fornecedores		(7.203)	(783)
Contas a pagar de partes relacionadas		(82)	100
Obrigações sociais e trabalhistas		290	259
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IRPJ e CSLL		50.540	43.438
Imposto de renda e contribuição social pagos		(50.156)	(34.995)
Liquidação de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	(1.217)	(864)
Realização provisão de manutenção	15	(15.742)	(20.637)
Obrigações com o Poder Concedente	16.a	(12.341)	(13.634)
Outras contas a pagar		(30)	(102)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		163.653	151.074
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(8.944)	(7.180)
Aquisição de ativo intangível	10	(17.445)	(53.049)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(26.389)	(60.229)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Financiamentos e debêntures:			
Captações	11	108.623	50.750
Pagamentos de principal		(115.699)	(49.196)
Pagamento de juros		(15.944)	(18.264)
Juros sobre capital próprio	18.d	(6.570)	(9.250)
Dividendos pagos	18.c	(104.621)	(70.000)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(134.211)	(95.960)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		3.053	(5.115)
No início do exercício	5	15.227	20.342
No fim do exercício	5	18.280	15.227
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		3.053	(5.115)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interpretação

designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são também transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, descrecidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos e contas a receber de partes relacionadas. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Os passivos financeiros de financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos. (iii) Capital social: **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Dividendos mínimos obrigatórios: Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. c) Custo de transação na emissão de títulos de dívida: Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. d) Ativo imobilizado: **Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não esteja vinculado diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor, de cada componente. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. Não houve alteração das vidas úteis estimadas nos exercícios apresentados. e) Ativos intangíveis: A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados: Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item n). Ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, caso haja indicadores de perda de valor. f) Ativos arrendados: **Arrendamento mercantil operacional:** Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 17. g) Redução ao valor recuperável de ativos: **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor

recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas por redução de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego e de usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade, aos custos operacionais, ao investimento de capital e às taxas de descontos. h) Provisões: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão de manutenção - Contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. i) Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício, e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. j) Capitalização dos custos dos empréstimos: Os custos de empréstimos atribuíveis ao financiamento dos ativos em construção são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são registrados como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens de patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos de exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revistos a cada data de relatório e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT para a apuração do imposto de renda e contribuição social. No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração. m) Direito da concessão: Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 (Contratos de Concessão), a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº 16) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. No contrato de concessão, a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão e o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato. Neste tipo de contrato tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- (R1)): A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01(R1), a Concessionária atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se a Concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo

seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e, parcialmente, por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. o) Novos pronunciamentos: Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A Companhia implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação para entidades de investimento	(a)
Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens dos outros resultados abrangentes	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou de parte relacionada.	(c)

(a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010. (b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010. (c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011. (d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CFC: • CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11). • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada). • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10). • CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12). • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13). Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações. **4. Determinação do Valor Justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros como para não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida:** O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência a seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Estão representados por:

	2013	2012
Caixa e bancos	4.689	3.975
Aplicações financeiras	13.591	11.252
	<u>18.280</u>	<u>15.227</u>

6. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	172.957	163.451
Alíquota nominal	34%	34%
Imp. de renda e contribuição social à alíquota nominal	(58.805)	(55.573)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis	(101)	(49)
Doações a projetos culturais, esportivos e fundos municipais da criança e do adolescente e do idoso	968	770
Juros sobre capital próprio	2.234	3.145
Outros	970	67
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(54.736)</u>	<u>(51.640)</u>
Impostos correntes	(55.434)	(44.776)
Impostos diferidos	698	(6.864)
	<u>(54.736)</u>	<u>(51.640)</u>
Alíquota efetiva	32%	32%

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a

	2013	2012
seguinte origem:		
Bases do ativo diferido:		
Depreciação fiscal gastos com obras registradas como provisão manutenção (a)	18.552	18.960
Depreciação fiscal de ativo imobilizado reclassificado para o custo (b)	8.463	10.601
Constituição da provisão de manutenção (c)	11.557	10.148
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.047	2.377
Amortização do custo de transação	21	85
Provisão de serviços a executar	-	54
Total	41.640	42.225
Bases do passivo diferido:		
Direito de concessão - outorga fixa (d)	39.425	41.843
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e)	32.334	30.846
Custo de empréstimos capitalizados (f)	7.782	8.135
Total	79.541	80.824
Total do imposto de renda e da contribuição social diferidos	37.901	38.599

(a) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item (a), conforme práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. (d) Adoção OCP 05 - Outorga fixa: trata-se de impostos diferidos sobre a diferença entre o critério de reconhecimento do direito de outorga no ativo e passivo fiscais e o critério de reconhecimento somente pelo pagamento da parcela fixa da concessão na posição contábil. (e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras não capitalizáveis nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. (f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. **7. Partes Relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, assim como as transações dos exercícios, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais-chave de sua Administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

	Transações	Saldos	Resultado	Contas a receber	Contas a pagar
Outras partes relacionadas:					
Centro de Gestão e Meios de Pagamentos S.A. - CGMP (a)	-	17.648	-		
Profissionais-chave:					
Remuneração dos administradores (b)	2.007	-			107
Total, 31 de dezembro de 2013	2.007	17.648			107
Total, 31 de dezembro de 2012	2.195	15.726			189

(a) Refere-se a contas a receber decorrente das tarifas de pedágio eletrônico (AVI) que são repassadas à Companhia no mês subsequente. (b) Contempla o valor total de remuneração atribuível aos membros da administração (diretoria estatutária) registrada em resultado. Na AGO realizada em 30 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.772, a qual não inclui os encargos sociais. Os montantes referentes a despesas com profissionais-chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2013	2012
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.179	1.384
Outros benefícios:		
Provisão de Participação no Resultado (PLR)	776	712
Outros	52	4
Total	2.007	2.100
Total	2013	2012

8. Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão: Estão representados por:

	2013	2012
Circulante:		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	233	233
Não circulante:		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	1.728	1.962
Despesa antecipada de outorga fixa - extensão do prazo de concessão (b)	43.037	35.323
Total	44.765	37.285

(a) Durante o primeiro ano da concessão, foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga da concessão. Esses valores foram registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados, relacionados à concessão e estão sendo amortizados no mesmo prazo definido para a concessão. (b) A mudança do prazo de concessão, citada na nota explicativa nº 1, não impactou o prazo e o valor dos pagamentos mensais de outorga fixa descritos na nota explicativa nº 16. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa, reconhecido no resultado ao novo prazo do contrato de concessão, a Companhia passou a registrar parte do pagamento mensal ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado de forma linear, no período correspondente ao aumento do prazo de concessão (de abril de 2018 até maio de 2022).

9. Imobilizado:

	Taxa média anual de depreciação - %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Sistemas operacionais (equip.)	14	27.271	(12.465)	14.806	23.851	(13.538)	10.313
Máquinas e equipamentos	16	6.785	(4.239)	2.546	6.752	(3.841)	2.911
Veículos	20	4.530	(2.621)	1.909	3.734	(3.051)	683
Móveis e utensílios	10	983	(458)	525	992	(447)	545
Benefitorias e instalações em imóveis de terceiros	10	796	(408)	388	798	(398)	400
Imobilizado em andamento	-	1.834	-	1.834	2.542	-	2.542
Total		42.199	(20.191)	22.008	38.669	(21.275)	17.394

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a sua vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

	2013					2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final
Sistemas operacionais (equipamentos)	23.851	2.270	(4.002)	5.152	27.271	19.385	2.565	(716)	2.617	23.851
Máquinas e equipamentos	6.752	409	(462)	86	6.785	6.411	702	(372)	11	6.752
Veículos	3.734	1.128	(794)	462	4.530	3.358	465	(89)	-	3.734
Móveis e utensílios	992	111	(51)	(69)	983	890	130	(28)	-	992
Benefitorias e instalações em imóveis de terceiros	798	-	(58)	56	796	798	-	-	-	798
Imobilizado em andamento	2.542	5.209	-	(5.917)	1.834	1.825	3.440	(2.723)	-	2.542
Total	38.669	9.127	(5.367)	(230)	42.199	32.667	7.302	(1.205)	(95)	38.669

(*) Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível. Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$183 em 31 de dezembro de 2013 (R\$122 em 31 de dezembro de 2012).

Movimentação da depreciação

	2013					2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final
Sistemas operacionais (equipamentos)	(13.538)	(2.831)	3.912	(8)	(12.465)	(3.841)	(828)	429	1	(4.239)
Máquinas e equipamentos	(3.841)	(828)	429	1	(4.239)	(3.051)	(346)	776	-	(2.621)
Veículos	(447)	(84)	66	7	(458)	(398)	(68)	58	-	(408)
Móveis e utensílios	(398)	(68)	58	-	(408)	(21.275)	(4.157)	5.241	-	(20.191)
Benefitorias e instalações em imóveis de terceiros	(398)	(65)	-	-	(398)	(18.822)	(3.489)	1.036	-	(21.275)
Total	(21.275)	(4.157)	5.241	-	(20.191)	(21.275)	(4.157)	5.241	-	(20.191)

(*) Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível. Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$183 em 31 de dezembro de 2013 (R\$122 em 31 de dezembro de 2012).

10. Intangível:

	Taxa média anual de amortização - %	2013			2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração de infraestrutura	(*)	613.252	(210.321)	402.931	572.813	(175.967)	396.846
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	-	2.806	-	2.806	26.428	-	26.428
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	20	9.293	(4.814)	4.479	7.409	(3.294)	4.115
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	-	32	-	32	301	-	301
Total		625.383	(215.135)	410.248	606.951	(179.261)	427.690

(*) Amortização pela curva de benefício econômico baseada no volume de tráfego.

Movimentação do custo

	2013					2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	572.813	5.407	-	35.032	613.252	26.428	11.441	-	(35.063)	2.806
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	26.428	11.441	-	570	39.439	7.409	1.314	-	570	9.293
Direito de uso de sistema informatizado e outros	7.409	1.314	-	301	9.025	301	40	-	(309)	32
Custos de desenvolvimento de sist. informatiz. em andamento	301	40	-	230	571	606.951	18.202	-	230	625.383
Total	606.951	18.202	-	606.951	625.383	606.951	18.202	-	230	625.383

(*) Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível. Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$183 em 31 de dezembro de 2013 (R\$122 em 31 de dezembro de 2012).

Movimentação do custo

	2013					2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final
Direitos de exploração infraestrutura	529.277	12.565	(4)	30.975	572.813	16.218	41.179	-	(30.969)	26.428
Direitos de exploração infraestrutura em andamento	16.218	41.179	-	570	30.969	6.157	1.016	-	236	7.409
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	6.157	1.016	-	301	7.409	152	296	-	(147)	301
Custos de desenv. de sist. informatiz. em andamento	152	296	-	95	301	551.804	55.065	(4)	95	606.951
Total	551.804	55.065	(4)	606.951	606.951	551.804	55.065	(4)	95	606.951

(*) Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível. Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$757 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.007 em 31 de dezembro de 2012).

Movimentação da amortização

	2013					2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	(175.967)	(34.354)	-	-	(210.321)	(175.967)	(34.354)	-	-	(210.321)
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	(3.294)	(1.520)	-	-	(4.814)	(3.294)	(1.520)	-	-	(4.814)
Total	(179.261)	(35.874)	-	-	(215.135)	(179.261)	(35.874)	-	-	(215.135)

11. Financiamentos:

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (*)	Custos de transação incorridos a apropriar	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2013	2012
						2013	2012
Em moeda nacional:							
1) Banco Nac. Desenv. Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% a.a.	0,0234% a.a.	-	-	-	-	-
e TJLP + 2,8% a.a.	0,0239% a.a.	18	6	15/11/2016	22.177	29.781	
2) Banco Nac. Desenv. Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% a.a.	0,0652% a.a.	-	-	-	-	-
e TJLP + 2,8% a.a.	0,0667% a.a.	51	19	15/04/2016	83.228	82.491	
Total de financiamentos e empréstimos					105.405	112.272	
Financiamentos e empréstimos					43.450	20.366	
Custos de transação					(16)	(22)	
Total circulante					43.434	20.344	
Financiamentos e empréstimos					61.955	91.913	
Custos de transação					(9)	(25)	
Total não circulante					61.946	91.888	
Total					105.380	112.232	

(*) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$130.000, com liberações de crédito trimestrais, mediante a apresentação dos documentos que comprovem a realização do projeto financiado. O contrato está subdividido em categorias de crédito e subcrédito, sendo o crédito A no montante de R\$ 33.487 e o crédito B no montante de R\$ 96.513. As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes: • Carta(s) fiança(s) no valor do crédito liberado, com validade mínima de dois anos, devendo ser renovada(s) em até noventa dias antes do vencimento. Foram contratadas cartas de fiança no mesmo montante do financiamento; • Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures, que represente mais de quinze por cento da receita bruta, auferida no exercício anual anterior. Estão excluídos desse saldo devedor os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente para aquisição de equipamentos, a 2ª emissão de debêntures e os mútuos concedidos por acionistas, cuja taxa de juros não seja superior a 2,5% acima do CDI ou 8% acima do IPCA. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013	2012
2015	43.149	-
2016	18.806	-
Total	61.955	-

12. Debêntures:

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (*)	Custos de transação incorridos a apropriar	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2013	2012
						2013	2012
Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,2623% a.a.	1.212	-	01/02/2015	-	94.595
Série única	113,60% do CDI	0,1894% a.a.	627	463	15/01/2018	95.441	-
Debêntures						441	45.406
Custos de transação						(179)	(196)
Total circulante						262	45.210
Debêntures						95.000	49.189
Custos de transação						(284)	(84)
Total não circulante						94.716	49.105
Total						94.978	94.315

(*) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1).

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013	2012
2015	30.811	-
2016	30.811	-
2017	30.811	-
2018	2.567	-
Total	95.000	-

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 1º de fevereiro de 2010, a Companhia emitiu 140 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo o valor total de emissão de R\$140.000. Em 15

determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	2013	2012	2013	2012
Outorga fixa a pagar	117.717	137.869	105.998	121.245

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2013 estão assim distribuídos:

	Valor presente
2014	25.953
2015	25.994
2016	24.756
2017	23.578
2018	5.717
	105.998

No decorrer do exercício, foi pago e compensado o montante de R\$25.866 referente ao direito de outorga fixa (R\$24.573 em 31 de dezembro de 2012). **Decorrente da provisão de outorga variável:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A partir de novembro/2013, os saldos a pagar de outorga variável e fixa passaram a ser compensados com os valores a receber previstos no Termo Aditivo Modificativo nº 20/2013, assinado em 07 de janeiro de 2013. Os montantes de outorga variável a pagar estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Circulante:		
Provisão de outorga variável	-	917

No decorrer do exercício foi pago e compensando o montante de R\$12.341 referente ao direito de outorga variável (R\$13.634 em 31 de dezembro de 2012). b) Compromissos relativos às concessões: Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias. Em 31 de dezembro de 2013, esses compromissos de investimentos ainda não contabilizados por serem considerados como executórios, estão estimados em R\$258.427 (R\$273.324 em 31 de dezembro de 2012), a serem realizados até o final do prazo original da concessão. **17. Arrendamento Mercantil Operacional:** Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2013	2012
Até um ano	1.889	2.140

A Companhia opera com 74 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M. A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$1.830, em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.546 em 31 de dezembro de 2012). **18. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social é representado por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. b) Reservas de lucros: Reserva legal: constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: constituída para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovados em Assembleia Geral Ordinária. c) Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sendo o valor dos dividendos mínimos obrigatórios 25% do lucro líquido. Em 24 de junho de 2013, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição e a pagamento de dividendos propostos no montante de R\$2.338 relativos aos lucros de anos anteriores, pagos em 26 de junho de 2013. Em 5 de dezembro de 2013, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos propostos no montante de R\$21.520 relativos aos lucros de anos anteriores e a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$60.306, sendo R\$58.125 relativos aos lucros de anos anteriores e R\$2.181 relativos ao lucro líquido do primeiro semestre de 2013, pagos na mesma data. Destinações do lucro líquido do exercício:

Lucro líquido do exercício	118.221
----------------------------	---------

Destinações:
Dividendos intermediários pagos 2.181
Juros sobre capital próprio 4.695
Dividendo adicional proposto 51.345
Reserva de retenção de lucros 60.000
d) Juros sobre capital próprio: Os juros sobre capital próprio são calculados sobre o patrimônio líquido e limitados à variação, "pro rata dia", da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Lei nº 9.249/95). Em 30 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.875, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012, pagos em 5 de abril de 2013. Em 28 de junho de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.160, com base no patrimônio líquido de 31 de março de 2013, pagos em 5 de julho de 2013. Em 1 de outubro de 2013, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.480, com base no patrimônio líquido de 30 de junho de 2013, pagos em 4 de outubro de 2013. Em 27 de dezembro de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.055, com base no patrimônio líquido de 30 de setembro de 2013, pagos em 27 de dezembro de 2013. **19. Instrumentos Financeiros:** Política:

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condi-

ções contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como também não efetua operações com derivativos definidos como exóti-

Instrumentos financeiros por categoria:

	2013			2012		
	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)
Ativos:						
Aplicações financeiras	13.591	-	-	11.252	-	-
Contas a receber	-	726	-	-	972	-
Outros créditos	-	551	-	-	1.203	-
Partes relacionadas	-	17.648	-	-	15.726	-
Passivos:						
Financiamentos	-	-	(105.380)	-	-	(112.232)
Debêntures	-	-	(94.978)	-	-	(94.315)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(4.391)	-	-	(11.624)
Partes relacionadas	-	-	(107)	-	-	(189)
Total	13.591	18.925	(204.856)	11.252	17.901	(218.360)

(*) Valores líquidos do custo de transação. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas adotadas na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - são definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil; • **Contas a receber de clientes, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores, remuneração dos administradores e outras contas a pagar** - seus valores aproximam-se do de mercado em razão do prazo de liquidação de, em geral, 30 dias; • **Debêntures** - seu valor justo é o seguinte:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	95.441	98.598	94.595	100.227

(*) Não incluídos os custos de transação. • **Financiamentos** - consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 11. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$13.591 em 31 de dezembro de 2013 (R\$11.252 em 31 de dezembro de 2012). Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **Gerenciamento de riscos financeiros:** Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro). Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que poten-

cialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas pela administração. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Nota		
	2013	2012	
Debêntures	12	(94.978)	(94.595)
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.280	15.227
Contas a receber e outros créditos		1.277	2.175
		(75.421)	(77.193)

b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do CDI para as debêntures e (2) da TJLP relativo aos financiamentos em reais; (3) IGP-M relativo ao ônus da Concessão; (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. Em relação à esse último item, apesar do Termo Aditivo alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio de São Paulo, de IGP-M para IPCA, garantido o reequilíbrio de eventual perda, o Governo de São Paulo aplicou, nos últimos dois anos, o índice original (IGP-M). As taxas de juros das aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas às variações do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 5, 11 e 12. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamento e debêntures. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os quadros abaixo apresentam os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade abaixo tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As taxas utilizadas nos cenários A e B foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50% utilizadas no cenário provável. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Risco	Vencimento	Saldo	Efeito no resultado					
				Aumento			Redução		
				Cenário provável	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	
Operação									
Passivos financeiros:									
Debêntures (*)	Variação CDI	01/02/2015	95.441	(8.789)	(10.986)	(13.184)	(7.031)	(5.859)	
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/11/2016	22.177	(1.807)	(2.259)	(2.711)	(1.446)	(1.205)	
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/04/2016	83.228	(5.769)	(7.211)	(8.654)	(4.615)	(3.846)	
			200.846	(16.365)	(20.456)	(24.548)	(13.092)	(10.910)	

(*) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação. **20. Cobertura de Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil: R\$32.882. • Riscos de danos materiais: R\$6.576. • Riscos de danos materiais: R\$10.961. • Riscos de engenharia: R\$15.103. • Perda de receita: R\$88.090.

	2013	2012
21. Resultado Financeiro:		
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(16.831)	(18.800)
Comissão fiança	(1.099)	(936)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(820)	(975)
Juros sobre impostos parcelados - Lei nº 11.941/09	(524)	(558)
Ajuste a valor presente s/a provisão de manutenção	(163)	1.783
Juros sobre impostos parcelados	(91)	(151)
Capitalização dos custos dos empréstimos	940	2.129
	(18.588)	(17.508)

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condi-

ções contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como também não efetua operações com derivativos definidos como exóti-

cos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

cialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas pela administração. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Nota		
	2013	2012	
Debêntures	12	(94.978)	(94.595)
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.280	15.227
Contas a receber e outros créditos		1.277	2.175
		(75.421)	(77.193)

b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do CDI para as debêntures e (2) da TJLP relativo aos financiamentos em reais; (3) IGP-M relativo ao ônus da Concessão; (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. Em relação à esse último item, apesar do Termo Aditivo alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio de São Paulo, de IGP-M para IPCA, garantido o reequilíbrio de eventual perda, o Governo de São Paulo aplicou, nos últimos dois anos, o índice original (IGP-M). As taxas de juros das aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas às variações do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 5, 11 e 12. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamento e debêntures. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os quadros abaixo apresentam os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade abaixo tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As taxas utilizadas nos cenários A e B foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50% utilizadas no cenário provável. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Risco	Vencimento	Saldo	Efeito no resultado					
				Aumento			Redução		
				Cenário provável	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	
Operação									
Passivos financeiros:									
Debêntures (*)	Variação CDI	01/02/2015	95.441	(8.789)	(10.986)	(13.184)	(7.031)	(5.859)	
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/11/2016	22.177	(1.807)	(2.259)	(2.711)	(1.446)	(1.205)	
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/04/2016	83.228	(5.769)	(7.211)	(8.654)	(4.615)	(3.846)	
			200.846	(16.365)	(20.456)	(24.548)	(13.092)	(10.910)	

(*) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação. **20. Cobertura de Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil: R\$32.882. • Riscos de danos materiais: R\$6.576. • Riscos de danos materiais: R\$10.961. • Riscos de engenharia: R\$15.103. • Perda de receita: R\$88.090.

	2013	2012
21. Resultado Financeiro:		
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(16.831)	(18.800)
Comissão fiança	(1.099)	(936)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(820)	(975)
Juros sobre impostos parcelados - Lei nº 11.941/09	(524)	(558)
Ajuste a valor presente s/a provisão de manutenção	(163)	1.783
Juros sobre impostos parcelados	(91)	(151)
Capitalização dos custos dos empréstimos	940	2.129
	(18.588)	(17.508)

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condi-

ções contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como também não efetua operações com derivativos definidos como exóti-

	Risco	Vencimento	Saldo	Efeito no resultado					
				Aumento			Redução		
				Cenário provável	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	
Operação									
Passivos financeiros:									
Debêntures (*)	Variação CDI	01/02/2015	95.441	(8.789)	(10.986)	(13.184)	(7.031)	(5.859)	
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/11/2016	22.177	(1.807)	(2.259)	(2.711)	(1.446)	(1.205)	
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/04/2016	83.228	(5.769)	(7.211)	(8.654)	(4.615)	(3.846)	
			200.846	(16.365)	(20.456)	(24.548)	(13.092)	(10.910)	

(*) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação. **20. Cobertura de Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil: R\$32.882. • Riscos de danos materiais: R\$6.576. • Riscos de danos materiais: R\$10.961. • Riscos de engenharia: R\$15.103. • Perda de receita: R\$88.090.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA	
Anwar Damha Presidente	Athur Piotto Filho Membro Titular	Alberto Bagdade Membro Suplente	Mário Múcio Eugênio Damha Membro Suplente
Marco Aurélio Eugênio Damha Vice-Presidente	Ítalo Roppa Membro Titular	Marcus Rodrigo de Senna Membro Suplente	Paulo Yukio Fukuzaki Membro Suplente
	Maria Stella Eugênio Damha Membro Titular	Maria Mônica Damha Athia Membro Suplente	
			Roberto de Barros Calixto Diretor Superintendente
			José Salim Kallab Fraiha Diretor
			CONTADOR
			Walney de Freitas Garcia CRC 1SP222887/O-1

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Renovias Concessionária S.A.

Mogi Mirim - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações

financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renovias Concessionária S.A. em